

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0054/2014

Contrato nº: 054/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: TATIANA LOPES

CPF nº 041.747.379-67

Finalidade: Contratação de arquiteta para acompanhar execução na construção de 10(dez) casas no meio rural de projeto padrão COHAB, através de projeto arquitetônico elétrico hidro-sanitário e estrutural, memorial descritivo orçamento, e emissão de ART, cronograma físico-financeiro, relatório fotográfico além de outros trabalhos quando solicitados pela COHAB, referente ao desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural PNHR no Município de Bom Jesus - SC. Através do Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 4/2014 que entre si celebram a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e o Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 31/2014 – D.L nº 8/2014

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Vilmar Sabino da Silva**, brasileiro, casado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **TATIANA LOPES**, CPF nº 041.747.379-67, RG nº 4.615.032, inscrita no CAU nº A9151-0, domiciliado na Rua Vergílio Sabino da Silva, nº 1158, Centro, no município de Bom Jesus - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços, descritos e caracterizados no Processo Licitatório nº 31/2014, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 8/2014, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **contratação de arquiteta para acompanhar execução na construção de 10(dez) casas no meio rural de projeto padrão COHAB, através de projeto arquitetônico elétrico hidro-sanitário e estrutural, memorial descritivo orçamento, e emissão de ART, cronograma físico-financeiro, relatório fotográfico além de outros trabalhos quando solicitados pela COHAB, referente ao desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural PNHR no Município de Bom Jesus - SC. Através do Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 4/2014 que entre si celebram a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e o Município de Bom Jesus.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato é por prazo determinado, com vigência partir da assinatura à **31/12/2014** independente de qualquer aviso ou notificação, podendo ser prorrogado, a critério das partes, e nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor total a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais).

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não caberá qualquer espécie de reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal e pelo andamento das obras em depósito bancário ou cheque nominal, mediante apresentação de nota fiscal e atestado de efetiva realização dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – Prestar os serviços na forma ajustada.
- II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.
- III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2014, devidamente especificada nos autos do procedimento licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II - Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os serviços sejam efetivamente prestados.
- IV- Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 31/2014.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II- O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III- O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação do serviço contratado.
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato
- III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em três (03) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 11 de junho de 2014.

VILMAR SABINO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

TATIANA LOPES
CPF nº 041.747.379-67
Contratada

Testemunhas:

Valdecir Kunz
CPF nº 004.713.889-04

Leandro Luiz Mocellin
CPF nº 950.502.219-00

Jones Knapp
OAB/SC – 4152
Assessor Jurídico

Minuta:

Contrato nº: 054/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: TATIANA LOPES

CPF nº 041.747.379-67

Finalidade: Contratação de arquiteta para acompanhar execução na construção de 10(dez) casas no meio rural de projeto padrão COHAB, através de projeto arquitetônico elétrico hidro-sanitário e estrutural, memorial descritivo orçamento, e emissão de ART, cronograma físico-financeiro, relatório fotográfico além de outros trabalhos quando solicitados pela COHAB, referente ao desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural PNHR no Município de Bom Jesus - SC. Através do Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 4/2014 que entre si celebram a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e o Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 31/2014 – D.L nº 8/2014

Valor Total: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 11de junho de 2014.

VILMAR SABINO DA SILVA
Prefeito Municipal